

Direito Internacional Público

Professor: Joyce Lira

Segurança Coletiva e Uso da Força (Parte I) - 73

Resumo

Em regra o uso da força é proibido no Direito Internacional Público. Estudaremos algumas exceções a essa regra.

Segurança coletiva e uso da força

Conceitos:

O uso da força é excepcional: “pela regra geral, o uso da força é proibido pelo direito internacional. No entanto, em alguns casos, o direito internacional admite e mesmo legitima o uso de instrumentos para pressionar um Estado a adotar determinada conduta. Esses instrumentos podem variar desde medidas que lhes causem desconforto econômico ou político até a guerra, com objetivo de destituir seus governantes ou mesmo extinguir o Estado.” (Varella)

O uso da força é medida coletiva (sanção da comunidade internacional): “A expressão “guerra” nem sequer aparece na carta da ONU. Objetiva-se garantir o monopólio da violência a comunidade internacional, que pode agir em defesa de um Estado atacado ou para preservar o direito internacional, como sanção da comunidade internacional contra um Estado “infrator”. O uso da força é apenas permitido pela carta da ONU quando se tratar de medida coletiva.” (Varella)

“O direito internacional tem evoluído bastante nesse tema, desde o início dos anos noventa. Diversos motivos contribuem para isso. No plano econômico, com a criação da Organização Mundial do Comércio, percebe-se uma mudança na orientação lógica do direito internacional. As regras em vigor anteriormente eram muito mais orientadas pela assimetria de forças entre os Estados e o direito aplicado casuisticamente, a serviço de Estados mais fortes. Como explicam os juristas americanos, preponderava um sistema *power oriented*.” (Varella)

“Atualmente, a assimetria de forças ainda exerce um papel importante, mas o sistema é muito mais orientado por regras jurídicas, *rule oriented*. A submissão das grandes potências às regras jurídicas internacionais, ainda que em casos concretos sejam contra seus interesses imediatos, decorre da vontade dessas potências de assegurar legitimidade ao próprio.” (Varella)

“No plano humanitário, a queda da União soviética e a ascensão de um sistema militar unipolar, coordenado pelos Estados Unidos, possibilitaram que o direito de ingerência humanitário, em nome da organização das Nações Unidas, ganhasse densidade jurídica. Atualmente, existe um arcabouço lógico-jurídico que legitima o envio de tropas a Estados considerados criminosos ou mesmo incapazes de gerenciar crises humanitárias

graves. A carta da ONU permitia ações dessa natureza somente quando havia ameaça à paz internacional. Não houve uma mudança da carta da ONU, mas o conceito da expressão “ameaça à paz internacional” adquiriu um conteúdo muito mais amplo.” (Varella)

O estudo pode ser dividido em duas partes:

1. mecanismo de pressão em geral, permitidos pelo direito internacional, para forçar um Estado a adotar determinada conduta, sobretudo com a ascensão de novas Organizações Internacionais mais cogentes, a partir dos anos noventa;
2. mecanismos previstos na carta da ONU, com o objetivo de demonstrar a evolução da lógica jurídica na interpretação da Carta da ONU, com análise de algumas decisões do Conselho de Segurança.